



DESIGUALDADE DE GÊNERO, CAMPESINATO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Maria Aline da Silva Batista ¹
Alexandra Maria de Oliveira ²

RESUMO

O artigo analisa a relação entre a desigualdade de gênero e a questão agrária no Brasil, buscando compreender como a articulação entre essas duas problemáticas repercute atualmente na vida das mulheres camponesas. O estudo baseou-se na revisão da literatura, a partir de autores como Martins (1983); Chayanov (1974); Shanin (1979); Gonzalez (2020); Federici (2017); Saffioti (1999), entre outros, e de documentos oficiais como os relatórios dos Censos Agropecuários de 2006 e de 2017, além de pesquisa de campo em duas comunidades rurais em municípios da região do Sertão Central do Ceará. A análise dos dados revelou que a exclusão de gênero e o racismo estão diretamente relacionados à questão agrária desde os primórdios da história do Brasil, o que resulta em índices desfavoráveis às mulheres no tocante à propriedade da terra, do volume de produção agrícola e na renda monetária obtida. No entanto, as mulheres camponesas têm efetivado estratégias de resistência que as tornam agentes da Soberania Alimentar, guardiãs da biodiversidade e, muitas vezes, lideranças políticas. Assim, concluiu-se que a luta das mulheres camponesas por igualdade de gênero não se separa da luta contra o Capital e da luta em defesa dos territórios camponeses.

Palavras-chave: Gênero, Questão Agrária, Campesinato.

RESUMEN

El artículo analiza la relación entre la desigualdad de género y el tema agrario en Brasil, buscando comprender cómo la articulación entre estos dos temas afecta actualmente la vida de las mujeres campesinas. El estudio se basó en una revisión de la literatura, basada en autores como Martins (1983); Chayanov (1974); Shanin (1979); González (2020); Federici (2017); Saffioti (1999), entre otros, y documentos oficiales como los informes del Censo Agropecuario de 2006 y 2017, así como investigaciones de campo en dos comunidades rurales de municipios de la región Sertão Central de Ceará. El análisis de los datos reveló que la exclusión de género y el racismo están directamente relacionados con el tema agrario desde el comienzo de la historia brasileña, lo que resulta en tasas desfavorables para las mujeres en términos de propiedad de la tierra, volumen de producción agrícola y ganancia monetaria de ingresos. Sin embargo, las mujeres campesinas han implementado estrategias de resistencia que las convierten en agentes de la Soberanía Alimentaria, guardianas de la biodiversidad y, a menudo, líderes políticas. Así, se concluyó que la lucha de las mujeres campesinas por la igualdad de género no está separada de la lucha contra el Capital y la lucha por la defensa de los territorios campesinos.

Palabras clave: Género, cuestión agraria, campesinado.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará- UFC, geoalinebatista@gmail.com;

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará- UFC, alexandra.oliveira@ufc.br;



INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre a relação entre a desigualdade de gênero e os problemas que envolvem a questão agrária, tendo como objetivo discutir as múltiplas exclusões – gênero, classe e raça/etnia - das mulheres camponesas no Brasil e as formas de manifestação dessas desigualdades. De acordo com Scott (2019, p. 69) “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, e conforme apontado por Stédile (2012, p. 639) a questão agrária pode ser compreendida “como uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra”. Desse modo, consideramos primordial a compreensão sobre como os papéis sociais atribuídos aos gêneros e ao mesmo tempo imbricados nas relações étnico-raciais, determinaram ao longo da história as relações de posse, uso e propriedade da terra e quais as implicações disso para a reprodução do campesinato.

No Brasil, o racismo e o patriarcado estão na gênese do campesinato e do modo de exploração da terra. No século XVI, os colonizadores europeus, ao encontrarem um tipo de sociedade com a qual não poderiam estabelecer relações comerciais, aos poucos foram vislumbrando outras formas de tirar proveito dos nativos. Os homens foram vistos como escravos e as mulheres como escravas e concubinas (TELES, 1999).

Devido ao genocídio das populações indígenas causado pelas guerras e doenças trazidas pelos europeus, a escravização dos negros foi a ardileza empreendida para saquear ao máximo as riquezas encontradas. A força de trabalho dos negros revelou-se indispensável para o avanço do Capital. Assim, promover a reprodução material dessa força de trabalho era um negócio bastante lucrativo, que foi colocado em prática por meio da violência. Lélia Gonzalez (2020, p. 50) afirma que “os casamentos inter-raciais nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante”. Nesse sentido, o processo de miscigenação efetivado deve ser interpretado como estupro colonial. E, portanto, deve ser encarado, antes, como uma arma de guerra, de vencedores contra vencidos, que produziu uma grande massa de excluídos e não como expressão de amistosidade entre os povos e de democracia racial.

Ainda de acordo com Gonzalez (2020, p. 50) “o efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistente em nosso país graças ao processo de miscigenação”. Isso além de ser falso, é a inversão da causa e do efeito. A miscigenação não é a prova de que não



existe o racismo, mas deve-se ao racismo e à violência contra as mulheres. A esse respeito, Sueli Carneiro (2002, p.169) advoga que “no Brasil, o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos portugueses sobre negras e indígenas está na origem de todas as construções sobre a identidade nacional e construções hierárquicas de gênero e raça presentes em nossa sociedade”.

O campesinato brasileiro não pode ser pensado sem se considerar essas questões – violência de gênero e racismo, pois os processos históricos de exclusão desses grupos sociais fizeram com que eles, muitas vezes, se tornassem uma única classe. Ao longo da história do Brasil e da conquista do território, a tentativa de aniquilação dos povos tradicionais e a negação ao negro do direito de pertencer se fizeram em várias frentes – interditos aos direitos básicos, à posse da terra ou a livre manifestação e expressão cultural. Isso implicou na desvalorização do acervo de conhecimentos desses povos, sobretudo ao que eles detinham sobre o ambiente. Resquícios desses saberes têm sido guardados e resgatados ao longo das gerações pelos camponeses, sobretudo, pelas mulheres. Daí a importância de estudos e pesquisas das mais diversas áreas do conhecimento com foco nesse grupo.

A discussão de gênero no campesinato é envolta de questões complexas, pois esse modo de vida é permeado por valores morais, como a honra do pai de família e a divisão sexual e geracional do trabalho, que precisam ser entendidos em suas múltiplas dimensões. Compreender a família camponesa como uma unidade não pode significar a omissão sobre opressões e desigualdades. O olhar sensível para a realidade, na qual essas questões aparecem, muitas vezes, de forma sutil deve ser um compromisso político dos intelectuais engajados na luta por justiça social, democracia e liberdade individual, princípios que não se sustentam sem igualdade de gênero.

Cientes desses valores, nos debruçamos sobre a literatura, especialmente na linha da teoria crítica e do feminismo marxista, bem como sobre os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e de 2017, a fim de compreender como a imbricação entre racismo e patriarcado impactou e impacta as condições materiais da vida das mulheres camponesas, alimentando o círculo vicioso da pobreza e da exclusão. Além disso, realizamos dois trabalhos de campo em municípios do Sertão Central do Ceará, com o intuito de identificar as formas de resistência empreendidas por mulheres camponesas.

Dessa forma, pudemos fazer uma leitura sobre os desafios que se colocam e também sobre as alternativas que florescem nas comunidades. As estratégias das



mulheres camponesas para defenderem seus territórios, em especial o corpo, como um território primeiro, e em última análise, o território camponês, como a fonte da sua existência material e cultural passa, principalmente, pela produção agroecológica, pela comercialização da produção em mercados locais e pela organização política.

METODOLOGIA

Este artigo realiza uma análise crítica dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e de 2017. Partiu-se da revisão bibliográfica acerca das temáticas gênero, questão agrária e camponato, a fim de encontrar nexos explicativos entre elas. Para isso, recorreu-se a autores alinhados com a teoria social crítica como Martins (1983); Stédile (2012); Woortmann (1988) e o feminismo marxista como Gonzalez (2020); Federici (2017), Saffioti (1999) entre outros. Posteriormente, confrontamos os dados encontrados nas estatísticas oficiais com os achados empíricos de trabalhos de campo em comunidades rurais, nos municípios de Pedra Branca e Quixadá, ambos na região do Sertão Central do Ceará.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, Engels (2019) defendeu a tese de que o advento da propriedade privada foi a principal fonte de opressão para as mulheres. Pois, foi a partir da emergência de interesses econômicos e patrimoniais que as mulheres passaram a ser consideradas uma valiosa mercadoria por meio do casamento e não mais “apenas” moeda de troca, como eram nas tribos primitivas. Nesse sentido, podemos afirmar que a dominação masculina sobre o patrimônio se estendeu às mulheres e as relegou ao matrimônio. Esse por sua vez oficializava o direito divino dos maridos sobre as esposas.

Para Federici (2017) não é aleatório que o processo de degradação da vida das mulheres coincida com o surgimento do capitalismo. A perseguição às mulheres na Idade Média, denominada de “caças às bruxas” foi uma “campanha terrorista patrocinada pelo Estado [a qual] tenha sido fundamental para a derrota do camponato europeu, facilitando sua expulsão das terras anteriormente comunais” (FEDERICI, 2017, p. 118). Segundo essa autora, não houve um processo social de transição gradual e linear do feudalismo



para o capitalismo. Mas, um conjunto de artifícios, astutamente arquitetado por representantes da aliança entre a elite, Estado e Igreja, quase sempre com uso de extrema violência. São exemplos dos recursos utilizados para a consolidação do capitalismo: a expropriação dos meios de produção – especialmente a terra; a escravização de outros povos; o disciplinamento dos corpos para o trabalho (e o das mulheres para a reprodução da força de trabalho); e a utilização dos marcadores da diferença como forma de divisão das classes subalternas.

Com isso, e somente a partir disso, o sistema capitalista pôde se tornar hegemônico. Esse modo de produção impôs a sua lógica a toda a sociedade, inclusive aos grupos não capitalistas, como no caso dos camponeses. Historicamente, o racismo e o patriarcado respaldaram ideologicamente a expansão capitalista. Enquanto o primeiro serviu de justificativa para a escravização dos negros nas colônias, o segundo sustentou a industrialização dos países desenvolvidos, a partir do trabalho não pago exercido pelas mulheres, no âmbito doméstico e da reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2017).

Embora esses sistemas de opressão se materializassem a partir de mecanismos econômicos, políticos e sociais distintos, eram derivados do mesmo tronco ideológico. De acordo com Miguel (2014, p. 22), “o paralelo entre a escravidão negra e a escravidão feminina era comum entre escritoras [do século XIX] dos dois lados do Atlântico”. O que demonstra que desde as primeiras autoras feministas já havia a consciência de que a subordinação das mulheres estava atrelada a um sistema de opressão maior.

Isso sugere que a questão de gênero não pode ser vista como sinônimo de problemas femininos, uma vez que envolve um sistema de relações indissociáveis entre homens e mulheres. Além disso, esse conceito passou ao longo de sua trajetória nas discussões teóricas a incorporar uma gama de identidades, reconhecendo uma pluralidade de gêneros entre masculino e feminino. Porém, a definição mais usual entre as pesquisadoras e os pesquisadores marxistas, tem sido a noção de que essa é uma categoria de análise baseada em uma construção social sobre os papéis a serem desempenhados por cada sexo, os quais vão ganhar diferentes nuances a depender da raça e da classe (SAFFIOTI, 1999). Dessa forma, não há como distinguir qual categoria é a mais importante, porque cada uma delas influencia na forma como a outra é vivenciada.

Para a mulher camponesa, a construção da subjetividade está ainda mais arraigada ao que a família e a comunidade esperam dela. A coerção social fundamentada em valores patriarcais dilui os limites entre proteção e restrição de liberdades, provocando uma fusão



que dificulta a distinção entre afetos e violências. Os mecanismos de controle dos homens sobre as mulheres, nas sociedades camponesas, são justificados por valores morais, como a honra do pai de família (WOORTMANN, 1988).

No Brasil, as mulheres camponesas foram por muito tempo impedidas de obter a propriedade da terra. A única forma de acesso à riqueza era o casamento “no papel” e na Igreja, porém nem todas as mulheres eram elegíveis ao matrimônio. O impedimento de uniões matrimoniais com mulheres indígenas ou negras aumentou a desigualdade social entre elas e as mulheres brancas e, conseqüentemente, restringiu o grupo de pessoas que herdaria a posse, e posteriormente, a propriedade da terra, já que os filhos ilegítimos não tinham direito à herança. Esse fato é extremamente importante para a compreensão da relação entre a desigualdade de gênero e a questão agrária, pois os deserdados da terra são, essencialmente, a origem do campesinato brasileiro (MARTINS, 2003). Dessa forma, a subordinação das mulheres foi um fator determinante na origem dos problemas agrários, os quais se aprofundaram à medida que houve a valorização da terra e de seus produtos.

Embora até 1850 não houvesse propriedade privada da terra, a concessão de uso com direito à herança - as denominadas sesmarias -, foi a forma encontrada para incentivar capitalistas a investirem na colônia e produzirem para o mercado europeu. Propiciando tanto rendimento em impostos como assegurando a soberania sobre as terras conquistadas.

O controle exercido sobre a terra por parte do Estado e, posteriormente, pelas classes dominantes teve impacto direto na consolidação do modo de vida camponês, pois essa classe tem como características estruturantes e indissociáveis a família e o trabalho com a terra (SHANIN, 1979). A família no Brasil, como um legado da colonização europeia, segue o modelo patriarcal e o trabalho define o valor simbólico dado à terra, como patrimônio da família.

Disso decorrem dois mecanismos fundamentais, baseados nos papéis de gênero, que implicam na desigualdade de acesso à terra entre homens e mulheres: o matrimônio e a herança. As mulheres camponesas quando se casam tendem a morar e trabalhar nas terras do marido, que é patrimônio indivisível da família dele. Nesse caso, em um eventual divórcio, por valores morais, na maioria das vezes é a mulher quem sai da terra. Em igual desvantagem, frequentemente, ficam as mulheres na divisão da herança paterna, uma vez que, na ética camponesa, a terra é de quem nela trabalha e o trabalho das mulheres não é



reconhecido, é invisível socialmente. Desse modo, na maioria dos casos, são os filhos homens que costumam ficar nas terras que eram do pai, como forma de evitar a fragmentação excessiva das propriedades (CHAYANOV, 1974; HEREDIA, 1979; PEREIRA; REIS; OLIVEIRA, 2012; WOORTMANN, 1988).

No entanto, as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, a partir da segunda metade do século XX, repercutiram também no campesinato, questionando tais valores. No Brasil, a Lei nº 6.515/1977 (do Divórcio) e as lutas das mulheres trabalhadoras rurais por reconhecimento da profissão e por direitos trabalhistas, na década de 1980, confrontaram os valores patriarcais em relação ao papel da mulher na família e ao conceito de trabalho, contestando a noção de ajuda.

A preocupação com a desigualdade de gênero no campesinato ganhou destaque nas últimas décadas, a partir dos movimentos sociais. No entanto, a inclusão do tema na agenda foi uma reivindicação das militantes com apoio de intelectuais engajadas nas lutas feministas. A discussão surgiu da experiência prática no fazer político dos movimentos, quando as mulheres militantes perceberam as desigualdades de gênero, iniciando, assim, uma autocrítica (PAVAN, 2000).

Na Geografia, a professora Rosa Ester Rossini, da Universidade de São Paulo (USP), foi a precursora dos estudos de gênero na Geografia Agrária ao teorizar, em 1983, sobre o papel da mulher na agricultura e defender a sua tese de livre docência, intitulada “Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista”, em 1988. Em entrevista concedida à Ana Rute do Vale (2020), Rossini relatou sobre a dificuldade de geografizar a temática gênero e como com o amadurecimento de sua pesquisa ela chegou ao trabalho como a categoria de análise mediadora da relação de homens e mulheres com o espaço geográfico.

É através do trabalho dos indivíduos que a sociedade constrói o mundo. Porém, a participação nesse processo é dada por condições materiais definidas a priori, histórica e geograficamente. Não há liberdade absoluta e nem controle sobre os resultados das intervenções humanas. Em 1852, Marx escreveu na obra “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”: “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita” (MARX, 2011, p. 23). Dentre os atributos que mais influenciam as escolhas e as possibilidades humanas o sexo é um dos mais imperativos.



A partir de sua pesquisa, Rossini concluiu que a modernização do campo, com a inserção da modalidade de trabalho assalariado, alterou as relações de poder na família, ao passo que tirou o trabalho feminino da invisibilidade. No entanto, a autora constata que a concentração fundiária, parte desse mesmo processo, causou maior empobrecimento das mulheres camponesas e a degradação das condições de vida. Pois, as mulheres além de perderem suas terras, não se tornaram tão competitivas no mercado de trabalho assalariado quanto os homens. Além disso, para trabalharem fora de casa dependiam da existência de um mercado de trabalho ainda mais precarizado: o de cuidados.

Os dados empíricos de Rossini convergem com as análises de Tithi Bhattacharya sobre a Teoria da Reprodução Social. A luta das mulheres camponesas não pode ser dissociada da luta de classes, pois como foi constatado por Rossini a mudança de paradigma nas relações de trabalho não causou melhoria nas condições de vida dessas mulheres, mas o contrário. Bhattacharya (2019, p. 109) afirma:

É reducionista dizer que as batalhas de gênero na nossa sociedade são as mesmas que as de classe. Mas é correto dizer: 1) seguindo Lise Vogel, que a luta de classes representa a “dinâmica central” do desenvolvimento social; e 2) que é do interesse do capitalismo, como sistema, prevenir qualquer mudança ampla nas relações de gênero, porque mudanças reais vão, em última instância, afetar os lucros”.

A dinâmica do trabalho familiar é vital para a reprodução social do campesinato e nela reside a potência dessa classe, sua autonomia e resiliência. Porém, a divisão sexual do trabalho, pautada nos princípios da divisão e da hierarquia, conforme descrito por Hirata e Kergoat (2009) não justifica a inferiorização ou invisibilização do trabalho de mulheres e jovens, que frequentemente é tido como “ajuda” (PAULILO, 1987).

A inferiorização do trabalho das mulheres - mães e esposas - em relação ao trabalho dos homens – pais e maridos, é pautada em valores patriarcais arcaicos. Esse fato constitui uma ameaça ao futuro do campesinato, pois é geradora de conflitos familiares, fazendo com que mulheres jovens tenham maior tendência a migrar para as cidades do que os homens (CAMARANO; ABROMAVAY, 1999), uma vez que elas podem conquistar maior grau de liberdade e autonomia em áreas urbanas, sobretudo no que diz respeito ao trabalho.

As mulheres camponesas migraram e migram mais do que os homens, porque vivenciam de forma mais perversa os efeitos da modernização da agricultura. Foram elas



as mais excluídas das atividades agrícolas com a entrada do pacote tecnológico da Revolução Verde. Além disso, “[...] é o homem que maneja as máquinas, que aplica os agrotóxicos e que recebe os ganhos do cultivo único. O que termina por reforçar seu poder na unidade familiar” (SOSA, *et al*, 2013, p. 119). A esse respeito, Esmeraldo (2013, p. 241) pontua que:

Desde meados da década de 1970, na área rural dos estados do Nordeste, que [as políticas governamentais para o campo] contribuem significativamente na redução da presença da mulher no trabalho produtivo nos roçados, pois os instrumentos de trabalho usados tradicionalmente pela família camponesa vão sendo substituídos por tecnologias assimiladas por orientação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater). A mulher reduz suas atividades na roça quando a máquina substitui o trabalho humano.

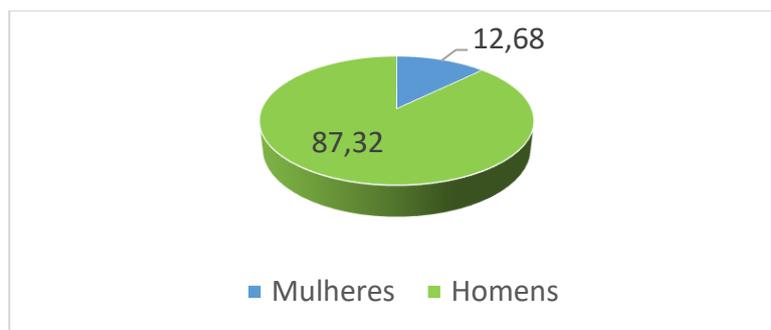
Apesar disso, as mulheres são essenciais para a segurança e a soberania alimentar do campo, já que são as principais responsáveis pela produção de alimentos para a família, o que é ainda mais relevante em períodos de crise econômica, como o atual, quando os preços dos alimentos tendem a subir e milhares de pessoas entram para as estatísticas de famintos no mundo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O censo agropecuário de 2006, foi o primeiro a incorporar o conceito de agricultura familiar e a variável sexo na caracterização dos produtores responsáveis (NOBRE, 2012). Isso só foi possível diante da pressão dos movimentos sociais das mulheres do campo. Somente a partir de então, pudemos ter a dimensão da desigualdade de gênero no campo brasileiro.

Entre os dados mais discrepantes está o de responsáveis por estabelecimentos rurais. Foi revelado que até 2006, as mulheres eram responsáveis por menos de 13% dos estabelecimentos rurais familiares e os homens por mais de 87% (IBGE, 2009), conforme gráfico 01:

Gráfico 01 – Responsáveis pelos estabelecimentos rurais



Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

No caso dos estabelecimentos não familiares esse percentual era ainda mais discrepante, sendo que as mulheres responsáveis eram menos de 7%. Esse quadro revela as assimetrias de poder entre os gêneros no meio rural, uma vez que o responsável pelo estabelecimento é, na maioria das vezes, quem detém o poder de decisão.

Reafirmando essa tendência, o resultado do Censo Agropecuário de 2017, revelou os aspectos em que a desigualdade de gênero reforça também os problemas agrários que afetam o campesinato no Brasil: 1) a falta de acesso à terra - as mulheres camponesas têm menos acesso à terra, sendo mais suscetíveis à pobreza. 2) o controle sobre o trabalho - os dados referentes à direção dos estabelecimentos mostraram que somente 18,6% são dirigidos por mulheres e em 20,3% dos casos, o gerenciamento da propriedade é compartilhado igualmente³; nos outros 61,1% o poder de decisão está concentrando nas mãos dos homens (IBGE, 2017).

Outro dado relevante do Censo Agropecuário de 2017, é que o percentual de mulheres proprietárias é maior nos minifúndios, o que significa que mesmo quando as mulheres são proprietárias elas possuem uma área limitada para a produção. A essa situação soma-se a diferença de tempo disponível para a produção, em horas por dia, já que as mulheres ocupam boa parte do seu tempo com os trabalhos de cuidado. Apesar dessas desigualdades as mulheres camponesas são as principais responsáveis pela produção para o autoconsumo (MELO; DI SABBATO, 2009; LOMBARDI, 2009).

O Censo Agropecuário de 2017 mostrou, ainda, que dos estabelecimentos dirigidos por mulheres, 57% encontram-se na região Nordeste, somadas a direção feminina e a co-direção. O fato é especialmente interessante, porque o Nordeste do Brasil

³ O Censo Agropecuário de 2017, incorporou, pela primeira vez, a categoria de co-direção dos estabelecimentos rurais, possibilitando um panorama mais fiel à realidade (HORA; NOBRE; BUTTO, 2021).



é uma região historicamente subalternizada, que sofreu (e ainda sofre) um processo de dupla colonização - externa e interna - (ANDRADE, 2011), com uma cultura profundamente marcada por valores patriarcais. Apesar disso, a região Nordeste lidera o ranking nacional do protagonismo das mulheres, além de liderar a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos, com 42.236 estabelecimentos ou 46% da produção nacional (IBGE, 2006).

Esses dados levantam as seguintes questões: qual o papel das mulheres camponesas na resistência do campesinato? Por que essas mulheres se sobressaem na produção, apesar da predominância dos indicadores de desigualdade de gênero? Por que as mulheres camponesas nordestinas têm grande afinidade com a produção agroecológica? A resposta pode se apresentar de várias formas, mas resume-se a uma: o território camponês é o sustentáculo da vida, em toda a sua complexidade e dignidade. Fora dele, o seu destino pode ser o “Quarto de despejo” das grandes cidades, parafraseando Maria Carolina de Jesus.

Os trabalhos de campo realizados nessa pesquisa demonstraram que a resistência das mulheres camponesas se dá pela práxis. Entretanto, “não é qualquer práxis. Mas sim aquela que reafirma o papel das mulheres de uma agricultura camponesa que gera, cuida, zela e propõe a centralidade da vida como princípio inegociável” (LIMA; PEREIRA, 2020, p. 95).

A produção agroecológica tem se revelado uma forma eficiente de garantir a soberania alimentar, o aumento da renda e a proteção da biodiversidade local. A título de exemplo, uma camponesa do município de Pedra Branca mantém uma produção suficiente para a alimentação de sua família, com excedentes que são comercializados na feira agroecológica do município a partir do cultivo de uma área de meia tarefa (aproximadamente $\frac{1}{4}$ de campo de futebol) na qual produz mais de 70 espécies diferentes de plantas, conforme a figura 01:

Figura 01: Horta agroecológica em Pedra Branca –CE



Fonte: trabalho de campo (2021)

Esse dado é ilustrativo da realidade das mulheres camponesas, para as quais a maior parte da produção agrícola é destinada ao autoconsumo da família. Elas são “54,4% dos trabalhadores na produção para o próprio consumo e 56,9% dos não remunerados (SUMMA, 2014, p. 22). A resiliência do campesinato deve-se, em grande medida a isso, pois essa provisão funciona como um amortecedor de crises econômicas, reduzindo a vulnerabilidade da família à fome. Porém, esse trunfo não é visto como uma forma de trabalho das mulheres, por não representar valor monetário (SILIPRANDI, 2009). Isso indica dois fatos: em primeiro lugar, a monetarização da produção não é a melhor forma de verificar a participação das mulheres na construção da riqueza no campo. Já que na lógica camponesa a riqueza é medida pela fartura e não necessariamente pelo dinheiro obtido. Em segundo plano, a questão a ser discutida não é a divisão sexual do trabalho, mas a hierarquização entre a produção para o mercado e a produção para o consumo, bem como entre as atividades produtivas e as de reprodução da vida.

Uma ferramenta da economia feminista que vem sendo utilizada em diversos projetos sociais de promoção da agricultura camponesa agroecológica e da equidade de gênero, é a caderneta agroecológica. São diários (figura 02) nos quais as próprias camponesas registram tudo que consomem, doam, trocam ou vendem a partir de sua produção, do seu trabalho.



Figura 02 – Caderneta agroecológica

Fonte: trabalho de campo (2021)

A partir desse inventário, são estabelecidos valores monetários para quantificar a contribuição das mulheres na renda familiar. As mulheres entrevistadas⁴ relataram que se surpreenderam com o valor gerado pelo seu trabalho, pois não tinham ideia do quanto isso agregava na renda da sua família e na comunidade. Além disso, as cadernetas têm sido essenciais no empoderamento das camponesas, para a autoestima das mulheres, bem como para o mapeamento da produção feminina. São importantes também para a sistematização dos saberes das mulheres, uma vez que o cultivo de gêneros alimentícios e de plantas medicinais está relacionado ao conhecimento tradicional sobre o potencial nutritivo e curativo dessas plantas. Assim, mais que um inventário, as cadernetas agroecológicas podem ser uma biblioteca de conhecimentos tradicionais.

Os resultados dos Censos Agropecuários de 2006 e de 2017, apesar das discrepâncias ainda constatadas, revelam os efeitos da organização e lutas das mulheres por reconhecimento e direitos desde a década de 1980. Vale lembrar que as mulheres camponesas sequer eram consideradas trabalhadoras. A participação política feminina é

⁴ As mulheres entrevistadas são beneficiadas pelo projeto Paulo Freire. Uma ação de assessoria técnica realizada em parceria entre o SDA (Secretaria de Desenvolvimento Agrário do estado de Ceará) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). O projeto é executado por diversas ONGs. No caso das mulheres entrevistadas para esse pesquisa, a assessoria é realizada pelo Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador - CETRA



essencial para que haja pressão junto aos órgãos do Estado e das diversas instituições da sociedade.

A organização e a associação em grupos de mulheres ou mesmo em grupos mistos podem contribuir para a viabilização de atividades produtivas. As camponesas entrevistadas apontaram que a participação política tem sido um caminho para acessar às políticas públicas e os mercados, sobretudo às feiras agroecológicas (Figura 03).

Figura 03 – Feira agroecológica de Pedra Branca – CE



Fonte: trabalho de campo (2021)

A produção e a comercialização agroecológicas são questões que se complementam e se reforçam, embora a primeira sempre tenha feito parte da vida de camponeses e camponesas, a segunda representa uma alternativa recente de aprendizados e possibilidades. A ideia da comercialização, para o grupo em foco, partiu da necessidade de escoar os excedentes da produção, mas também como uma bandeira de luta das mulheres. Em Quixadá, a camponesa por nós entrevistada revelou que a renda obtida nas feiras agroecológicas é essencial para manter a sua produção nos períodos de seca, pois para isso é preciso comprar a água necessária para a manutenção dos cultivos. As figuras 04 e 05 revelam a diferenças na paisagem sertaneja durante as estações chuvosa e seca. A figura 06 ilustra um caminhão-pipa abastecendo a cisterna que armazenará a água destinada à produção de alimentos.



Figura 05 – Produção agroecológica no período chuvoso em Quixadá – CE



Fonte: trabalho de campo (2021)

Figura 06 – Produção agroecológica no período seco em Quixadá – CE



Fonte: trabalho de campo (2021)



Figura 06 – Caminhão-pipa abastecendo cisterna em Quixadá – CE



Fonte: trabalho de campo (2021)

As figuras acima ilustram a importância do trabalho das mulheres na Agroecologia para a manutenção econômica e cultural do semiárido. Tanto os dados empíricos como os teóricos mostram que as relações patriarcais se materializam nos territórios, promovendo enormes desigualdades. Entretanto, a resistência se faz. As mulheres camponesas têm menos terra e menos tempo para cultivá-las. O que de um lado corrobora para o ciclo vicioso da pobreza e da exclusão, por outro produz sistemas agrícolas extremamente racionalizados, os quais não têm espaço para nenhum tipo de desperdício. Os espaços geridos pelas mulheres são de alta densidade ecológica e nutricional, o que contribui para segurança alimentar das famílias e para a conservação da biodiversidade. Por serem historicamente cuidadoras, as mulheres olham mais para as demandas da comunidade: educação, saúde, lazer; no caso do semiárido, água. Sendo, portanto, importantes sujeitos políticos em seus territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, discutimos a relação entre a questão agrária e a desigualdade de gênero, buscando articular essa problemática em prol da transformação social. Seja na luta de classes, seja no tocante à liberdade individual. Assim, concluímos que a luta das



mulheres camponesas não se separa da luta contra o Capital, especialmente em sua forma neoliberal. As reivindicações das mulheres camponesas são permanentes e legítimas e versam sobre a construção de um mundo melhor, no qual as diferenças possam ser vistas como potencialidades. No diálogo com a literatura ficou evidenciado os processos históricos que moldaram a realidade hoje constatada nas estatísticas oficiais e nos territórios concretos. Porém, também se fizeram notar as práticas de resistências coletivas, por meio da agroecologia, da soberania alimentar e dos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social. **Revista Outubro**, v. 32, p. 99-113, 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em: out/2021.
- NOBRE, M. Censo agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In: BUTTO, A; DANTAS, I; HORA, K. (orgs) **As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul**. Brasília: MDA, 2012.
- CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. 1999**. IPEA: Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2651>. Acesso em 04 abr 2021.
- CHAYANOV, A. V. **La organizació de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ESMERALDO, G. G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, D. P; MEDEIROS, L. S. (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256. Disponível em: t.ly/lnoj. Acesso em: 04 abr 2021.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: mai/2021



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Resultados definitivos. Rio de Janeiro: Ministério da Economia/IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em 02 jun 2019.

_____. **Censo Agropecuário 2006**: Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 02 mar 2020.

LIMA, C. R. M.; PEREIRA, G. V. Agricultura camponesa e agronegócio: mulheres em resistência. In: MEZADRI, A. M. *et al.* (orgs). **Feminismo Camponês e Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 87-97.

LOMBARDI; M. A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres In: DI SABBATTO, A., *et al.* (orgs). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009, pp.123-164.

MARX, K. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Gênero e Trabalho Rural 1993/2006. In: DI SABBATTO, A., *et al.* (orgs). **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009, pp.31-122.

MIGUEL, L. F. O feminismo e a política. In: MILGUEL, L. F; BIROLI, F. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 17-30.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987. Disponível em: <https://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>. Acesso em: out/2021.

PAVAN, D. O caminho feminino para a reforma agrária. **Rev. NERA**. n. 3. Presidente Prudente: Núcleo de pesquisas, estudo e projetos de reforma agrária. FCT/UNESP, 2000. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1482/1458>. Acesso em: 07 dez 2020.

PEREIRA, V. G; REIS, L. S.; OLIVEIRA, M. de L. S. Abordagem sobre os processos sucessórios do campesinato a partir das relações de gênero. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 2, p. 87-97, 2012. Disponível em: t.ly/DbEZ. Acesso em: set/2020.

SAFFIOTI, H. I. B. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 12, p. 157-163, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812>. Acesso em 02 set 2020.



SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. (org). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5591?mode=full>. Acesso em 19 set 2020.

SOSA, B.; JAIME, A.; LOZANO, D.; ROSSET, P. **Revolução agroecológica: o Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STÉDILE, J. P. Questão Agrária. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 639 - 644. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.

SUMMA, R. Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil. **Texto para Discussão**, v. 13, 2014. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 01 jun 2021.

VALE, A. R. A questão de gênero na Geografia Agrária: entrevista com Rosa Ester Rossini. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 409-426, set.-dez., 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7934>. Acesso em: 20 set 2020.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Brasília: V. 12, Nº 01, 1988, p. 11-73. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7394439>. Acesso em: 18 jul 2020.